



MOÇÃO

N.º 06/2019

Data: 16-04-2019

Título: **Pela renacionalização dos CTT, em defesa do serviço público postal.**

Desde a privatização total dos CTT em 2014 que temos vindo a assistir a uma degradação na qualidade dos serviços por eles prestados, nomeadamente na prestação do Serviço Postal Universal que lhes está concessionado pelo Estado.

Um serviço com 500 anos de existência, que no início deste século era considerado um dos melhores da Europa, tem vindo a ser destruído, de forma absolutamente criminosa sobretudo ao longo dos últimos 5 anos.

Só em 2018 foram encerradas 84 Estações de Correios, sendo expressa a intenção da Administração de encerrar muitas mais. Neste momento já existem 38 municípios sem Estações de Correios, mas a Administração dos CTT já afirmou publicamente querer alargar este número para 48 durante o ano de 2019, simultaneamente a mesma Administração afirma querer despedir mais mil trabalhadores até 2020, a somar-se a muitas centenas de outros que foi “reduzindo” ao longo dos últimos cinco anos.

Em 2013 os CTT (serviço postal e demais serviços) e todos os seus activos estavam avaliados em 909 milhões de euros, hoje, em 2019 o valor do Grupo CTT em bolsa é de 395 Milhões de, uma quebra de mais de 50% num espaço de tempo de 6 anos.

A Administração dos CTT, apesar da contínua desvalorização do Grupo que administra, nunca deixou de distribuir dividendos pelos accionistas privados:

- 2013 (parcialmente privatizado) – Os CTT tiveram lucros de 61,4 milhões de euros e distribuíram 50 milhões pelos accionistas;
- 2014 (privatização total) – Os CTT tiveram lucros de 77,2 milhões de euros e distribuíram 60 milhões de euros pelos accionistas;
- 2015 – Os CTT tiveram lucros de 72,1 milhões de euros e distribuíram 72 milhões de euros pelos accionistas;
- 2016 – Os CTT tiveram lucros de 62,2 milhões de euros e distribuíram 73 milhões de euros pelos accionistas;
- 2017 – Os CTT tiveram lucros de 27,3 milhões de euros e distribuíram 56 milhões de euros pelos accionistas;



- 2018 – Os CTT fecharam o ano com lucros de 19,6 milhões de euros, uma quebra de 28% relativamente a 2017, não se sabendo ainda o que a Administração pretende fazer em relação à distribuição de dividendos (sendo certo que o cenário, atenta a evolução ao longo dos anos, não é certamente o mais animador).

Ou seja, entre 2013 e 2017, os CTT tiveram lucros de 300,2 milhões de euros e os dividendos distribuídos pelos accionistas privados ascenderam a 311 milhões de euros, o mesmo é dizer que durante este período o Estado deixou de receber 311 milhões de euros dos CTT, que já só valem 395 milhões de euros contra os 909 milhões de euros no início deste processo de privatização e o serviço postal está completamente degradado e cada vez menos universal.

Indiferente a esta situação, a Administração dos CTT dá-se ao luxo de insultar a ANACOM, o regulador do sector das telecomunicações, quando esta entidade alerta para a degradação do serviço e para o “eventual” incumprimento do contrato de concessão pelos privados.

O Estado já está hoje a financiar os CTT privatizados, através da passagem de Estações de Correio para as Juntas de Freguesia. Renacionalizar os CTT custaria apenas 10% daquilo que o Estado já suporta com a situação do BES/NOVO BANCO e permitiria recuperar o serviço público de referência que os CTT foram até à sua privatização, bem como encaixar milhões de euros no Orçamento do Estado, que permitiriam a médio prazo a recuperação total deste valor.

Os atrasos sucessivos na distribuição domiciliária de correio, o Carteiro que “não passa” diariamente como era hábito há décadas e os exagerados tempos de espera nas Estações de Correio são hoje, infelizmente, uma realidade evidente que não escapa ao comum dos cidadãos em todo o País, não sendo diferente o cenário que se vê na Amadora.

No que respeita às Estações de Correio, a situação não se apresenta melhor que na distribuição domiciliária de correio.

Hoje, fundamentalmente nas Estações de Correio que têm balcões do Banco CTT, verifica-se uma flagrante falta de pessoal e, inacreditável, uma “preferência” dada aos balcões do Banco em detrimento dos balcões em que prestamos tradicionais serviços de correios. São vários os casos conhecidos de Estações de Correio em que um cidadão espera no balcão dos serviços de correios até duas horas para comprar um selo enquanto ao lado, no vizinho balcão dos serviços bancários não falta pessoal à espera do cliente bancário que esperam surja. Não se entende como se dá prioridade a um serviço bancário e se destrói(-se) o serviço postal, especialmente considerando que este, por si só, gera 70% dos lucros para a empresa.



Grupo Municipal da CDU

Na Amadora temos já os reflexos destas medidas. No Município da Amadora já foram encerradas várias Estações de Correios como as Estações de Correios da Buraca, Reboleira e Brandoa. Existe uma vez mais a especulação no seio das medidas apresentadas relativamente à possibilidade de encerramento de mais Estações como as de Alfragide e da Venda Nova.

A maioria dos portugueses e muitos dos seus representantes, de todos os quadrantes políticos, estão hoje de acordo com a caracterização da situação calamitosa dos CTT e concordam que é preciso alterar esta situação.

Perante a situação não podemos deixar de concluir que a privatização dos CTT foi um erro que urge reverter, a bem dos direitos das populações, do comércio e da indústria, da coesão e da economia nacional, dos trabalhadores do Grupo, do serviço público de qualidade e do esforço financeiro que muitas autarquias estão a fazer para assegurar os postos de Correios.

Para garantir que o Estado não continue a financiar uma empresa privada que já demonstrou não ter os interesses nacionais em consideração, a reversão total da privatização do Grupo CTT é a única solução para voltarmos a ter um serviço público postal de qualidade.

Os eleitos na Assembleia Municipal da Amadora, reunidos a 23 de Abril de 2019, conscientes do estado calamitoso a que a gestão privada dos CTT tem vindo a condenar a prestação dos serviços de correio, que durante séculos tão bem serviram os portugueses e, certos de que a privatização dos CTT foi contrária aos interesses do País e dos portugueses, deliberam:

- Afirmar a necessidade da reversão total da privatização dos CTT, renacionalizando o Grupo, pela importância estratégica do serviço público essencial que este presta às populações;
- Manifestar a sua total oposição ao encerramento de qualquer Posto ou Estação dos Correios, no País e no Município da Amadora.

Se aprovada, a presente Moção deverá ser enviada para os órgãos de comunicação nacionais e regionais, para o Primeiro-Ministro, para o Ministro do Planeamento, para o Ministro das Infraestruturas e da Habitação, para os Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e para o Conselho de Administração dos CTT.

O Grupo Municipal da CDU

Miguel Vidigal



Grupo Municipal da CDU
